

IDEAU

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E CONTINUIDADE NO VAREJO BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS FINANCEIRAS DE 2022 A 2024

KEY AUDIT MATTERS AND GOIG CONCERN IN BRAZILIAN RETAIL: FINANCIAL EVIDENCE FROM 2022 TO 2024

CUESTIONES CLAVE DE AUDITORÍA Y EMPRESA EN FUNCIONAMIENTO EN EL COMERCIO MINORISTA BRASILEÑO: EVIDENCIAS FINANCIERAS DE 2022 A 2024

Afonso Pereira da Silva Filho

Doutorando em Administração, Universidade Estadual do Norte do Paraná
(UENP), Jacarezinho, Paraná, Brasil.

E-mail: afonsopereira-@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9147-4656>

RESUMO

O estudo analisa como os principais assuntos de auditoria e as menções à continuidade operacional se relacionam com liquidez, endividamento e rentabilidade de três varejistas brasileiras de capital aberto entre 2022 e 2024. A pesquisa é documental, descritiva e comparativa, com abordagem mista. Foram examinados nove relatórios de auditoria e demonstrações financeiras consolidadas de Grupo Casas Bahia, Magazine Luiza e Lojas Renner. Os assuntos foram codificados por análise de conteúdo, e a condição econômico-financeira foi mensurada por liquidez corrente, endividamento geral e retorno sobre ativos. Os resultados identificam 28 principais assuntos de auditoria, concentrados em tributos e contingências, tecnologia da informação, ativos não financeiros, crédito, arrendamentos, acordos comerciais e continuidade. A continuidade operacional foi comunicada como principal assunto somente no Grupo Casas Bahia, em 2023 e 2024, simultaneamente a liquidez inferior a um, endividamento superior a 89% e prejuízos relevantes. Magazine Luiza apresentou deterioração em 2023 e recuperação parcial em 2024, sem PAA de continuidade; Lojas Renner manteve liquidez superior a 1,6, endividamento inferior a 53% e rentabilidade positiva. À luz da Teoria da Sinalização, conclui-se que a recorrência e a natureza dos assuntos, interpretadas conjuntamente com indicadores, fornecem sinais diferenciados, mas não substituem a avaliação formal de incerteza relevante prevista nas normas de auditoria.

Palavras-chave: Relatório do Auditor. Dificuldades Financeiras. Liquidez Corrente. Endividamento. Rentabilidade.

DOI:10.55905/raciv5n2-007

Submitted on: 6.1.2026 | Accepted on: 6.30. 2026 | Published on: 9.16. 2026

ABSTRACT

This study analyzes how key audit matters and going-concern references relate to liquidity, leverage, and profitability in three publicly traded Brazilian retailers from 2022 to 2024. The research is documentary, descriptive, and comparative, adopting a mixed-method approach. Nine auditors' reports and consolidated financial statements of Grupo Casas Bahia, Magazine Luiza, and Lojas Renner were examined. Matters were coded through content analysis, while financial condition was measured by current ratio, total liabilities to total assets, and return on assets. The findings identify 28 key audit matters concentrated in taxes and contingencies, information technology, non-financial assets, credit, leases, commercial agreements, and going concern. Going concern was reported as a key audit matter only for Grupo Casas Bahia in 2023 and 2024, concurrently with a current ratio below one, leverage above 89%, and material losses. Magazine Luiza deteriorated in 2023 and partially recovered in 2024 without a going-concern KAM; Lojas Renner maintained current ratios above 1.6, leverage below 53%, and positive returns. Under Signaling Theory, the recurrence and nature of matters, when interpreted jointly with financial indicators, provide differentiated signals but do not replace the formal assessment of material uncertainty required by auditing standards.

Keywords: Auditor's Report. Financial Distress. Current Ratio. Leverage. Profitability.

RESUMEN

El estudio analiza cómo las cuestiones clave de auditoría y las menciones a empresa en funcionamiento se relacionan con liquidez, endeudamiento y rentabilidad de tres minoristas brasileñas cotizadas entre 2022 y 2024. La investigación es documental, descriptiva y comparativa, con enfoque mixto. Se examinaron nueve informes de auditoría y estados financieros consolidados de Grupo Casas Bahia, Magazine Luiza y Lojas Renner. Los asuntos fueron codificados mediante análisis de contenido y la condición económico-financiera se midió con razón corriente, endeudamiento general y rendimiento sobre activos. Se identificaron 28 cuestiones clave, concentradas en impuestos y contingencias, tecnología de información, activos no financieros, crédito, arrendamientos, acuerdos comerciales y continuidad. La continuidad fue comunicada como cuestión clave solamente en Grupo Casas Bahia, en 2023 y 2024, junto con liquidez menor que uno, endeudamiento superior al 89% y pérdidas relevantes. Magazine Luiza mostró deterioro en 2023 y recuperación parcial en 2024, sin cuestión de continuidad; Lojas Renner mantuvo liquidez superior a 1,6, endeudamiento inferior al 53% y rentabilidad positiva. Bajo la Teoría de la Señalización, la recurrencia y naturaleza de los asuntos, combinadas con indicadores, aportan señales diferenciadas, pero no sustituyen la evaluación formal de incertidumbre material exigida por las normas.

Palabras clave: Informe del Auditor. Dificultades Financieras. Razón Corriente. Endeudamiento. Rentabilidad.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação do relatório do auditor independente procurou reduzir a distância informacional entre o trabalho executado na auditoria e aquilo que os usuários conseguiam observar no parecer padronizado. A NBC TA 701 exige a comunicação dos principais assuntos de auditoria (PAA) nas auditorias de entidades listadas e define esses assuntos como os que, segundo o julgamento profissional, foram mais significativos no período corrente (CFC, 2016a). A inovação não transforma cada PAA em ressalva nem em opinião separada; ela explicita áreas que demandaram atenção significativa, julgamento e resposta de auditoria. Evidências experimentais mostram que a apresentação de PAA direciona a atenção do leitor para as divulgações correspondentes, ainda que o efeito informacional dependa da forma e do contexto da comunicação (Sirois; Bédard; Bera, 2018).

No varejo, esse debate assume relevância particular. O setor combina margens estreitas, estoques relevantes, grande volume de transações, dependência de sistemas, contratos de arrendamento, operações de crédito ao consumidor e sensibilidade a juros e renda. Essas características tornam recorrentes estimativas de perdas de crédito, provisões tributárias e trabalhistas, recuperabilidade de ativos, mensuração de arrendamentos e controles de tecnologia. Estudos europeus indicam que quantidade e conteúdo dos PAA respondem à complexidade, ao risco da entidade e às características do auditor, de modo que a leitura isolada da contagem pode ocultar diferenças substantivas entre os temas comunicados (Pinto; Morais, 2019; Sierra-García *et al.*, 2019).

A continuidade operacional constitui questão distinta e mais sensível. A administração deve avaliar a capacidade de continuidade e divulgar incertezas relevantes, enquanto o auditor avalia a adequação dessa base e a suficiência das divulgações, conforme a NBC TA 570 (CFC, 2016b). A literatura demonstra que relatórios sobre incerteza de continuidade têm valor preditivo e custos reputacionais, mas permanecem sujeitos a erros de classificação, julgamento e incentivos institucionais (Carson *et al.*, 2013). Portanto, mencionar continuidade em um PAA não equivale automaticamente à seção “Incerteza relevante

relacionada com a continuidade operacional”; tampouco a ausência dessa seção assegura baixo risco financeiro.

A Teoria da Sinalização oferece uma lente adequada para investigar essa relação. Em ambientes de assimetria informacional, agentes mais informados enviam sinais observáveis cujo valor depende de sua credibilidade e de seus custos de produção (Spence, 1973). No mercado de capitais, o relatório emitido por auditor independente pode funcionar como sinal intermediado: traduz áreas de risco e respostas de auditoria, embora sua interpretação dependa do contexto econômico e das informações financeiras disponíveis. Connelly *et al.* (2011) ressaltam que a eficácia do sinal decorre de observabilidade, custo e congruência entre sinalizador, sinal e receptor; assim, PAA recorrentes e indicadores deteriorados podem reforçar-se mutuamente, enquanto mensagens genéricas ou desconectadas podem produzir ruído.

Apesar do crescimento da literatura sobre relatórios ampliados, resultados internacionais não são uniformes. Gutierrez *et al.* (2018) não identificaram alterações robustas nos principais resultados econômicos após a adoção do relatório ampliado no Reino Unido, e Lennox, Schmidt e Thompson (2023) documentaram limitada reação de investidores a divulgações que, em parte, já eram antecipadas. Em contrapartida, estudos de atenção visual e de determinantes dos PAA demonstram que os assuntos alteram o foco do usuário e refletem riscos específicos (Sirois; Bédard; Bera, 2018; Pinto; Moraes, 2019). Essa tensão sugere que o valor dos PAA está menos em uma contagem agregada e mais na interpretação conjunta de tema, recorrência e condição financeira.

Diante disso, formula-se a seguinte questão: como os principais assuntos de auditoria e as menções à continuidade operacional se relacionam com a evolução da liquidez, do endividamento e da rentabilidade de grandes varejistas brasileiras entre 2022 e 2024? O objetivo é analisar essa relação em Grupo Casas Bahia, Magazine Luiza e Lojas Renner, empresas selecionadas por representarem perfis contrastantes dentro do varejo de capital aberto. Especificamente, pretende-se: identificar e categorizar os PAA; mensurar liquidez corrente, endividamento geral e retorno sobre ativos; distinguir PAA de

continuidade de incerteza relevante formal; e interpretar a congruência dos sinais de auditoria e financeiros à luz da Teoria da Sinalização.

O estudo contribui ao integrar duas evidências que frequentemente são examinadas separadamente. Em vez de presumir que maior número de PAA significa maior risco, compara-se o conteúdo dos relatórios com indicadores reproduzíveis extraídos das demonstrações consolidadas. A análise também evita equiparar PAA a modificação de opinião e explicita que a continuidade é uma avaliação normativa própria. Em termos práticos, os resultados oferecem a investidores, analistas, comitês de auditoria e credores uma matriz de leitura do relatório do auditor em conjunto com a estrutura financeira; em termos acadêmicos, aplicam a Teoria da Sinalização a sinais intermediados e potencialmente ambíguos no contexto varejista brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E UTILIDADE INFORMACIONAL

A NBC TA 701 organiza a escolha dos PAA a partir dos assuntos comunicados aos responsáveis pela governança e que exigiram atenção significativa do auditor, considerando áreas com maior risco de distorção relevante, julgamentos significativos da administração e eventos ou transações relevantes (CFC, 2016a). A comunicação descreve por que o tema foi considerado significativo, como foi tratado na auditoria e onde estão as divulgações relacionadas. O PAA é, portanto, uma seleção relativa ao exercício e à entidade, não um rol de falhas contábeis.

A expectativa regulatória é aumentar transparência sem fragmentar a opinião. Para DeFond e Zhang (2014), a qualidade da auditoria é multidimensional e depende tanto da competência para detectar problemas quanto da independência para reportá-los. Os PAA tornam observável uma parcela do processo, mas não revelam integralmente evidências, materialidade ou debates com a governança. Bédard, Gonthier-Besacier e Schatt (2019) mostram que relatórios expandidos podem gerar efeitos comportamentais e

informacionais modestos quando as divulgações são padronizadas; por isso, especificidade e conexão com notas explicativas são decisivas.

O conteúdo também responde ao modelo de negócios. Estimativas de perdas esperadas são sensíveis à qualidade da carteira e a cenários prospectivos; estoques dependem de obsolescência e valor realizável; ativos de vida indefinida exigem testes de recuperabilidade; e grandes ambientes digitais dependem de controles gerais de tecnologia. Sierra-García *et al.* (2019) distinguem riscos no nível da entidade e no nível de contas, demonstrando que a magnitude e a natureza dos PAA são determinadas por características econômicas diversas. Pinto e Moraes (2019) acrescentam que complexidade, setor e firma de auditoria ajudam a explicar as divulgações, o que recomenda cautela em comparações puramente numéricas.

2.2 CONTINUIDADE OPERACIONAL E DIFICULDADES FINANCEIRAS

A base contábil de continuidade pressupõe que a entidade seguirá operando no futuro previsível. O CPC 26 (R1) atribui à administração a responsabilidade de avaliar essa capacidade e divulgar incertezas materiais relacionadas a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa (CPC, 2011). A NBC TA 570, por sua vez, exige do auditor obtenção de evidência sobre o uso da base, conclusão sobre eventual incerteza relevante e comunicação apropriada no relatório (CFC, 2016b). Quando existe incerteza relevante adequadamente divulgada, o relatório contém seção própria; se as divulgações forem inadequadas, a opinião pode ser modificada.

A pesquisa em auditoria reconhece que dificuldades financeiras e falência não são conceitos equivalentes. Beaver (1966) demonstrou que índices financeiros apresentam capacidade discriminante antes da falência, e Altman (1968) combinou variáveis para prever insolvência corporativa. Esses modelos consolidaram liquidez, endividamento e rentabilidade como dimensões informativas, porém nenhuma razão isolada determina continuidade. Carson *et al.* (2013) sintetizam que o auditor considera planos da administração,

financiamento, fluxos de caixa, eventos subsequentes e ambiente institucional, além dos números históricos.

Para o varejo, liquidez corrente inferior a um sinaliza que ativos circulantes não cobrem passivos circulantes no encerramento, mas a interpretação depende do giro de estoque, de fornecedores, antecipação de recebíveis e acesso a crédito. O endividamento geral expressa a parcela dos ativos financiada por obrigações, enquanto o retorno sobre ativos aproxima o resultado gerado pela base patrimonial. Esses indicadores não substituem projeções, mas fornecem evidência comum para comparar trajetórias. A literatura de previsão de dificuldades recomenda observar tendências e combinações, porque persistência de perdas, baixa liquidez e alto endividamento é mais informativa do que uma oscilação isolada (Beaver, 1966; Altman, 1968).

2.3 TEORIA DA SINALIZAÇÃO APLICADA AO RELATÓRIO DO AUDITOR

Spence (1973) desenvolveu a Teoria da Sinalização para explicar como partes informadas comunicam atributos não diretamente observáveis. Um sinal é mais útil quando difícil ou custoso de imitar, observável pelo receptor e associado ao atributo que pretende representar. Connelly *et al.* (2011) ampliam a teoria ao destacar a qualidade do sinalizador, a frequência do sinal, o ambiente e o processo de interpretação. A recepção pode falhar quando há excesso de sinais, ambiguidade ou baixa atenção.

No arranjo estudado, a administração produz demonstrações e notas, o auditor independente avalia as informações e seleciona PAA, e investidores e credores interpretam os dois conjuntos. A independência e a normatização elevam a credibilidade do sinal do auditor, mas o PAA não é um selo binário de risco. A recorrência de tecnologia, por exemplo, pode refletir escala transacional e dependência sistêmica, não necessariamente deterioração financeira. Em contraste, um PAA explicitamente denominado continuidade, acompanhado de capital circulante negativo, perdas e reestruturação de dívida, apresenta maior congruência com dificuldades financeiras.

A partir dessa lente, a análise adota duas expectativas interpretativas, sem teste causal. A primeira é que sinais de continuidade tendam a aparecer em trajetórias com liquidez mais baixa, maior endividamento e rentabilidade negativa. A segunda é que PAA operacionais recorrentes sejam explicados principalmente pela complexidade e pelo modelo de negócios, de forma que sua contagem não acompanhe linearmente o risco de continuidade. Essas expectativas preservam a distinção normativa da NBC TA 570 e tratam a Teoria da Sinalização como mecanismo de interpretação, e não como simples ornamentação conceitual.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é documental, descritiva e comparativa, com abordagem mista. O componente qualitativo consiste na análise de conteúdo dos relatórios dos auditores; o componente quantitativo compreende o cálculo e a comparação longitudinal de indicadores. A análise de conteúdo seguiu etapas de pré-análise, exploração, categorização e interpretação propostas por Bardin (2016), com regras definidas antes da codificação e conferência no documento original.

A amostra intencional reúne Grupo Casas Bahia S.A., Magazine Luiza S.A. e Lojas Renner S.A. A seleção buscou comparabilidade institucional, companhias brasileiras listadas, com demonstrações consolidadas e relatório de auditoria público, e contraste econômico. Casas Bahia e Magalu atuam fortemente em bens duráveis, comércio eletrônico e soluções financeiras; Renner representa varejo de moda e operação financeira associada. O período 2022–2024 foi escolhido porque oferece três exercícios completos após a consolidação da NBC TA 701 e permite comparar deterioração, reestruturação e recuperação parcial sem misturar informações trimestrais ou relatórios ainda não uniformemente disponíveis.



Tabela 1. Empresas e documentos analisados

Empresa	Segmento predominante	Exercícios	Documentos analisados
Grupo Casas Bahia	Bens duráveis e crédito	2022–2024	3 DFs e 3 relatórios de auditoria
Magazine Luiza	Ecossistema varejista e digital	2022–2024	3 DFs e 3 relatórios de auditoria
Lojas Renner	Moda e serviços financeiros	2022–2024	3 DFs e 3 relatórios de auditoria

Fonte: elaboração própria com base nas demonstrações financeiras das companhias (Grupo Casas Bahia, 2023, 2024, 2025; Magazine Luiza, 2023, 2024, 2025; Lojas Renner, 2023, 2024, 2025).

As unidades de registro foram os títulos dos PAA. Cada ocorrência foi codificada uma vez em oito categorias: (i) continuidade e reestruturação financeira; (ii) tributos e contingências; (iii) tecnologia, compliance e controles; (iv) perdas de crédito; (v) ativos não financeiros e recuperabilidade; (vi) arrendamentos; (vii) acordos comerciais; e (viii) outros. Títulos distintos no mesmo relatório foram mantidos como ocorrências separadas; posteriormente, foram agregados por categoria. Também se verificou se o relatório continha opinião modificada, parágrafo de ênfase ou seção autônoma de incerteza relevante. Essa leitura impede que um PAA seja indevidamente tratado como ressalva.

Os valores foram extraídos dos balanços e demonstrações do resultado consolidados, na unidade de apresentação de cada companhia, e transformados em razões. A liquidez corrente (LC) corresponde a ativo circulante dividido pelo passivo circulante. O endividamento geral (EG) corresponde à soma dos passivos circulante e não circulante dividida pelo ativo total. O retorno sobre ativos (ROA) corresponde ao lucro ou prejuízo líquido do exercício dividido pelo ativo total de encerramento. Adotou-se o ativo final, e não a média, para maximizar a reprodutibilidade com os quadros publicados; essa opção deve ser considerada na comparação com estudos que utilizam ativo médio.

A confiabilidade foi reforçada por dupla leitura manual dos títulos e reconciliação dos totais com as demonstrações publicadas nos portais de relações com investidores. As categorias foram aplicadas pelo pesquisador e revisadas após a leitura integral da justificativa do auditor. A técnica é descritiva:

com nove observações, não se pretende inferir associação estatística nem causalidade. Além disso, os indicadores históricos não incorporam integralmente planos de administração, disponibilidade de crédito ou eventos posteriores, limitações discutidas na interpretação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A Tabela 2 evidencia três trajetórias distintas. O Grupo Casas Bahia manteve LC inferior a um em todos os anos, com queda de 0,87 para 0,71 em 2023 e leve aumento para 0,73 em 2024. Ao mesmo tempo, o EG avançou de 85,15% para 92,69%, enquanto o ROA passou de -0,96% para -8,20% e permaneceu negativo em -3,08% em 2024. A combinação de insuficiência circulante, maior participação de capitais de terceiros e prejuízos persistentes é coerente com sinais clássicos de dificuldades financeiras apontados por Beaver (1966) e Altman (1968), embora não constitua, sozinha, conclusão normativa de incerteza relevante.

Magazine Luiza apresentou LC superior a um nos três exercícios, porém com compressão de 1,48 em 2022 para 1,16 em 2023 e estabilidade em 1,17 em 2024. O EG atingiu 74,34% em 2023 e recuou para 69,66% em 2024. O ROA deteriorou-se de -1,32% para -2,61% e tornou-se positivo em 1,20%. A trajetória sugere tensão financeira seguida de recuperação parcial, mas sem o conjunto mais severo observado na Casas Bahia. Essa leitura conjunta é compatível com Carson *et al.* (2013), para quem o risco de continuidade exige consideração de condições, tendências e respostas da administração, não um ponto de corte isolado.

Lojas Renner manteve o perfil mais robusto: LC entre 1,61 e 1,86, EG decrescente de 52,30% para 47,11% e ROA positivo, entre 4,76% e 6,11%. A pequena redução do ROA em 2023 não rompeu a rentabilidade positiva e foi revertida em 2024. A comparação mostra por que assuntos como perdas de crédito e arrendamentos não podem ser automaticamente interpretados como

sinais de descontinuidade: eles podem refletir materialidade, julgamento e estrutura operacional em uma entidade financeiramente saudável (CFC, 2016a; PINTO; MORAIS, 2019).

Tabela 2. Indicadores econômico-financeiros por empresa e ano (2022-2024)

Empresa	Ano	LC	EG	ROA
Casas Bahia	2022	0,87	85,15%	-0,96%
Casas Bahia	2023	0,71	89,20%	-8,20%
Casas Bahia	2024	0,73	92,69%	-3,08%
Magazine Luiza	2022	1,48	71,80%	-1,32%
Magazine Luiza	2023	1,16	74,34%	-2,61%
Magazine Luiza	2024	1,17	69,66%	1,20%
Lojas Renner	2022	1,86	52,30%	6,11%
Lojas Renner	2023	1,63	50,97%	4,76%
Lojas Renner	2024	1,61	47,11%	5,88%

Fonte: elaboração própria. LC = ativo circulante/passivo circulante; EG = passivo total/ativo total; ROA = resultado líquido/ativo total final. Valores-base: demonstrações consolidadas das companhias.

4.2 PERFIL E RECORRÊNCIA DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS

Foram identificados 28 PAA: dez no Grupo Casas Bahia, onze no Magazine Luiza e sete na Lojas Renner. O total semelhante entre Casas Bahia e Magalu contrasta com condições financeiras diferentes, confirmando que a contagem, isoladamente, não ordena risco. A categoria mais frequente foi tributos e contingências, com dez ocorrências, seguida por tecnologia, compliance e controles, com cinco. Continuidade e reestruturação financeira somaram três ocorrências, todas na Casas Bahia em 2023 e 2024. O padrão confirma que os PAA refletem tanto riscos de contas quanto riscos no nível da entidade, conforme a tipologia de Sierra-García *et al.* (2019).

Tabela 3. Distribuição dos principais assuntos de auditoria por categoria e empresa

Categoria	Casas Bahia	Magalu	Renner	Total
Tributos e contingências	7	3	0	10
Tecnologia, compliance e controles	0	4	1	5



Categoria	Casas Bahia	Magalu	Renner	Total
Continuidade e reestruturação financeira	3	0	0	3
Ativos não financeiros/recuperabilidade	0	2	0	2
Perdas de crédito	0	0	3	3
Arrendamentos	0	0	3	3
Acordos comerciais	0	2	0	2
TOTAL	10	11	7	28

Fonte: elaboração própria a partir dos relatórios dos auditores. Nota: “compliance” foi mantido com tecnologia e controles por representar risco transversal de ambiente de controle.

Na Casas Bahia, 2022 apresentou provisões trabalhistas e cíveis, realização de créditos de ICMS e recuperabilidade de tributos diferidos. Em 2023, a continuidade tornou-se PAA, junto com tributos diferidos e provisões trabalhistas, cíveis e tributárias. Em 2024, permaneceram tributos diferidos, contingências e continuidade, e surgiu reestruturação de dívida por recuperação extrajudicial. A mudança de composição é substantiva: o relatório deixou de destacar apenas estimativas de contas e passou a comunicar condições no nível da entidade e sua resposta financeira. Essa progressão coincide com LC abaixo de um, EG crescente e prejuízos, oferecendo congruência entre sinais no sentido de Connelly *et al.* (2011).

É relevante, contudo, que os relatórios analisados não apresentaram opinião modificada. Em 2024, o auditor informou parágrafo de ênfase relacionado à recuperabilidade de tributos diferidos, sem modificar a opinião. Além disso, continuidade foi tratada como PAA, e não como seção autônoma de “incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”. A distinção confirma que o auditor julgou o assunto altamente significativo, mas não comunicou, na forma específica da NBC TA 570, a existência de incerteza relevante adequadamente divulgada. Confundir essas mensagens exageraria a conclusão empírica (CFC, 2016b).

No Magazine Luiza, os PAA mudaram com o contexto. Em 2022, foram destacados teste de recuperabilidade de ágio, recuperabilidade de tributos diferidos, provisão tributária e ambiente de tecnologia. Em 2023, apareceram compliance com leis e regulamentos, tecnologia, provisão tributária e acordos

comerciais com fornecedores. Em 2024, permaneceram tecnologia, provisão tributária e acordos comerciais. A recorrência de tecnologia e tributos mostra riscos persistentes de escala, julgamento e controles, enquanto a substituição de ágio e tributos diferidos por compliance e bonificações demonstra resposta a eventos e processos específicos. Esse comportamento é consistente com a natureza relativa e anual da seleção prevista na NBC TA 701 (CFC, 2016a).

Embora o Magalu tenha apresentado prejuízos em 2022 e 2023, não houve PAA de continuidade. A ausência não invalida os indicadores; ela sinaliza que, na avaliação do auditor e no contexto das divulgações, outros assuntos demandaram maior atenção significativa. Em 2024, o retorno positivo e a redução do EG reforçaram a diferença em relação à Casas Bahia. À luz da sinalização, o conteúdo do relatório e a recuperação financeira são congruentes, mas não se pode afirmar que o PAA causou ou previu a melhora. Lennox, Schmidt e Thompson (2023) alertam que parte do conteúdo pode já estar incorporada por investidores, limitando reações adicionais.

Na Lojas Renner, perdas estimadas de crédito e arrendamentos foram recorrentes em 2022, 2023 e 2024; tecnologia apareceu adicionalmente em 2022. A continuidade não foi selecionada, e os indicadores permaneceram mais fortes. Perdas de crédito refletem o risco da operação financeira e o julgamento exigido pela provisão, enquanto arrendamentos decorrem da extensa rede física. A recorrência representa estabilidade do perfil de risco auditado, e não deterioração. Esse achado corrobora Pinto e Moraes (2019): PAA são influenciados por modelo de negócio e complexidade, razão pela qual a semântica supera a contagem.

4.3 LEITURA INTEGRADA PELA TEORIA DA SINALIZAÇÃO

A integração dos resultados permite classificar os sinais em três padrões. O primeiro, observado na Casas Bahia, combina sinal financeiro adverso persistente e mudança do relatório para temas de continuidade e reestruturação. O segundo, no Magalu, combina risco operacional e de controles recorrente com oscilação financeira e recuperação parcial, sem comunicação de continuidade.

O terceiro, na Renner, reúne PAA associados ao modelo operacional com indicadores estáveis e positivos. A utilidade está na congruência entre fontes: sinais independentes que apontam na mesma direção reduzem ambiguidade, conforme Connelly *et al.* (2011).

Tabela 4. Leitura integrada dos sinais financeiros e de auditoria

Padrão	Evidência financeira	Evidência de auditoria	Interpretação
Adverso convergente	LC < 1; EG > 89%; ROA negativo	PAA de continuidade e reestruturação	Sinal reforçado de dificuldade financeira
Intermediário/recuperação	LC > 1; EG em queda em 2024; ROA volta a positivo	Tecnologia, tributos e acordos; sem continuidade	Riscos relevantes, sem sinal formal de continuidade
Operacional estável	LC > 1,6; EG < 53%; ROA positivo	Crédito e arrendamentos recorrentes	Complexidade do modelo, não deterioração

Fonte: elaboração própria.

O caso da Casas Bahia oferece o sinal mais forte porque a continuidade foi explicitamente nomeada e apareceu junto a evidências financeiras adversas. A comunicação é custosa reputacionalmente e submetida a normas e supervisão, características que elevam credibilidade. Ainda assim, o receptor deve observar a forma do relatório: PAA significa maior significância na auditoria, enquanto incerteza relevante é conclusão específica da NBC TA 570. O sinal é graduado, não binário. Carson *et al.* (2013) mostram que decisões de continuidade permanecem complexas e dependentes de evidências futuras, o que impede converter um PAA em previsão determinística de falência.

Nos outros casos, a teoria explica por que mensagens aparentemente similares têm significados distintos. Tecnologia foi recorrente no Magalu e apareceu na Renner, mas as trajetórias financeiras divergiram. O assunto sinaliza dependência de sistemas, volume transacional e atenção de auditoria; não sinaliza, por si só, incapacidade de continuar. O mesmo vale para perdas de crédito e arrendamentos na Renner. Sirois, Bédard e Bera (2018) demonstram que o PAA direciona atenção, mas o usuário precisa conectar o texto à nota explicativa e a outras informações para formar julgamento.

Os achados também dialogam com a limitada reação econômica documentada por Gutierrez *et al.* (2018) e Lennox, Schmidt e Thompson (2023). Se o mercado já conhece perdas, endividamento ou reestruturação, o PAA pode confirmar e organizar informação em vez de produzir novidade. Seu valor pode residir em validação independente, priorização e redução de custos de busca. Para usuários menos sofisticados, a matriz integrada reduz o risco de interpretar toda recorrência como deterioração ou de ignorar a severidade de um tema explicitamente ligado à continuidade.

Em síntese, a primeira expectativa interpretativa foi corroborada no contraste: os PAA de continuidade ocorreram na empresa com pior combinação de LC, EG e ROA. A segunda também foi sustentada: PAA operacionais recorrentes não acompanharam linearmente dificuldades financeiras, como mostra a Renner. A Teoria da Sinalização, portanto, explica melhor a congruência e a especificidade dos sinais do que a quantidade bruta de assuntos.

5 CONCLUSÃO

O artigo analisou a relação entre principais assuntos de auditoria, continuidade operacional e situação econômico-financeira de Grupo Casas Bahia, Magazine Luiza e Lojas Renner no período 2022–2024. A resposta ao problema é que os riscos mais frequentes envolveram tributos e contingências, tecnologia e controles, crédito, arrendamentos, recuperabilidade de ativos e acordos comerciais; contudo, somente a Casas Bahia apresentou PAA explicitamente ligado à continuidade, em paralelo à liquidez inferior a um, endividamento superior a 89% e prejuízos relevantes.

A contribuição central está em demonstrar que PAA devem ser lidos semanticamente e em conjunto com indicadores. A contagem não ordenou o risco: Magalu e Casas Bahia apresentaram volumes próximos de assuntos, mas conteúdos e condições financeiras distintos; Renner manteve PAA recorrentes de crédito e arrendamentos com indicadores robustos. Pela Teoria da Sinalização, a força informacional decorreu da congruência entre o tema

comunicado pelo auditor e a trajetória financeira, não da mera presença de um PAA.

O estudo também preservou uma distinção necessária à prática: PAA de continuidade, parágrafo de ênfase, opinião modificada e seção de incerteza relevante são comunicações diferentes. Nos relatórios analisados, continuidade foi PAA da Casas Bahia, mas não houve seção autônoma de incerteza relevante nem modificação de opinião. Assim, os resultados não autorizam afirmar inviabilidade operacional; indicam atenção significativa e risco aumentado que deve ser avaliado com notas, planos e eventos subsequentes.

Como limitações, a amostra intencional e pequena impede generalização estatística; o ROA utilizou ativo final; a categorização contém julgamento; e indicadores históricos não capturam integralmente liquidez contratada, projeções e planos da administração. Pesquisas futuras podem ampliar a amostra para todo o varejo listado, estimar associações com dados em painel, medir legibilidade e especificidade dos PAA, comparar firmas de auditoria e acompanhar se sinais de continuidade antecedem renegociações, recuperação judicial ou normalização financeira.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Os dados utilizados são públicos e podem ser reproduzidos a partir das demonstrações financeiras e dos relatórios dos auditores independentes disponibilizados nos portais de Relações com Investidores das companhias e no sistema Empresas.NET da Comissão de Valores Mobiliários. A matriz de codificação e as fórmulas estão descritas na seção metodológica.

CONFLITOS DE INTERESSE E FINANCIAMENTO

O autor declara não haver conflito de interesses e informa que a pesquisa não recebeu financiamento específico.



DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Foi utilizado o ChatGPT, da OpenAI, como ferramenta de apoio à organização inicial do problema de pesquisa, estruturação do manuscrito, revisão linguística e auxílio operacional na organização de dados públicos. O autor realizou a seleção do recorte, conferiu os valores nas demonstrações financeiras originais, validou as referências, definiu e revisou a categorização, interpretou os resultados e aprovou integralmente a versão final. A ferramenta não foi indicada como autora, não substituiu julgamento científico e não foi usada para gerar imagens. O autor assume responsabilidade integral pela originalidade, exatidão, integridade e conformidade ética do conteúdo, em consonância com a política de uso de inteligência artificial da RACI e com as boas práticas de transparência editorial (RACI, 2026).

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Edward I. Financial ratios, discriminant analysis and the prediction of corporate bankruptcy. *The Journal of Finance*, v. 23, n. 4, p. 589–609, 1968. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1968.tb00843.x>.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEAVER, William H. Financial ratios as predictors of failure. *Journal of Accounting Research*, v. 4, p. 71–111, 1966. DOI: <https://doi.org/10.2307/2490171>.
- BÉDARD, Jean; GONTHIER-BESACIER, Nathalie; SCHATT, Alain. Consequences of expanded audit reports: evidence from the justifications of assessments in France. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, v. 38, n. 3, p. 23–45, 2019. DOI: <https://doi.org/10.2308/ajpt-52339>.
- CARSON, Elizabeth *et al.* Audit reporting for going-concern uncertainty: a research synthesis. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, v. 32, supl. 1, p. 353–384, 2013. DOI: <https://doi.org/10.2308/ajpt-50324>.
- CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TA 701: comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Brasília, DF: CFC, 2016a. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2026.
- CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TA 570: continuidade operacional. Brasília, DF: CFC, 2016b. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA570.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2026.
- CONNELLY, Brian L. *et al.* Signaling theory: a review and assessment. *Journal of Management*, v. 37, n. 1, p. 39–67, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0149206310388419>.
- CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1): apresentação das demonstrações contábeis. Brasília, DF: CPC, 2011. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 31 ago. 2026.
- DEFOND, Mark; ZHANG, Jieying. A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, v. 58, n. 2–3, p. 275–326, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.09.002>.
- GRUPO CASAS BAHIA S.A. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: exercício findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2026.
- GRUPO CASAS BAHIA S.A. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: exercício findo em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

GRUPO CASAS BAHIA S.A. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: exercício findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

GUTIERREZ, Elizabeth *et al.* Consequences of adopting an expanded auditor's report in the United Kingdom. *Review of Accounting Studies*, v. 23, p. 1543–1587, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-018-9464-0>.

LENNOX, Clive S.; SCHMIDT, Jaime J.; THOMPSON, Anne. Why are expanded audit reports not informative to investors? Evidence from the United Kingdom. *Review of Accounting Studies*, v. 28, p. 497–532, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-021-09650-4>.

LOJAS RENNER S.A. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://ri.lojasrenner.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

LOJAS RENNER S.A. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://ri.lojasrenner.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

LOJAS RENNER S.A. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://ri.lojasrenner.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

MAGAZINE LUIZA S.A. Demonstrações contábeis: 31 de dezembro de 2022 e 2021. Franca, 2023. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

MAGAZINE LUIZA S.A. Demonstrações financeiras: 31 de dezembro de 2023 e 2022. Franca, 2024. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

MAGAZINE LUIZA S.A. Demonstrações financeiras: 31 de dezembro de 2024 e 2023. Franca, 2025. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2026.

PINTO, Inês; MORAIS, Ana Isabel. What matters in disclosures of key audit matters: evidence from Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 30, n. 2, p. 145–162, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/jifm.12095>.

RACI - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO IDEAU. Uso de inteligência artificial. Getúlio Vargas, 2026. Disponível em: <https://periodicos.ideau.com.br/index.php/raci/usodeia>. Acesso em: 31 ago. 2026.

SIERRA-GARCÍA, Laura *et al.* Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: the case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*, v. 51, n. 3, p. 227–240, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.02.004>.

SIROIS, Louis-Philippe; BÉDARD, Jean; BERA, Palash. The informational value of key audit matters in the auditor's report: evidence from an eye-tracking study. *Accounting Horizons*, v. 32, n. 2, p. 141–162, 2018. DOI: <https://doi.org/10.2308/acch-52047>.

SPENCE, Michael. Job market signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 87, n. 3, p. 355–374, 1973. DOI: <https://doi.org/10.2307/1882010>.